

ATA DA 24ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E TREZE PERANTE A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, às nove horas no Plenário Vereador Marcílio Periotto da Câmara Municipal de Mandaguáçu, Estado do Paraná, atendendo Edital de Chamamento para a realização de audiência pública na qual o Poder Executivo Municipal demonstraria o cumprimento de suas metas fiscais do terceiro quadrimestre do ano de dois mil e treze conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, assumiu os trabalhos a Comissão de Finanças e Orçamento, sob a presidência do Vereador Denilson Donizete Caleran e do membro Vereador Manuel Caraçato. Iniciando os trabalhos o Presidente Vereador Denilson Donizete Caleran convidou à Mesa, o Vice Prefeito Municipal Alzumiro Brunieri, o Doutor Marcos Antonio Rocco, Assessor Contábil, o senhor Ederson Fábio Pereira da Silva, Contador da Prefeitura Municipal e o senhor Dilmar Rocha, Controlador Interno, saudou e agradeceu aos presentes. O Presidente da Comissão passou a palavra ao senhor Vice Prefeito que saudou a todos, discorreu sobre a transparência dos Poderes Executivo e Legislativo e o cumprimento das metas fiscais e entregou nas mãos do Presidente da Comissão o relatório referente a Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais em demonstração. Usando a palavra o Doutor Marcos Rocco, Assessor da Prefeitura, saudou a todos, cumprindo sua atribuição informou que faria a leitura do relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de dois mil e treze; discorreu sobre os dados constantes do relatório, como as receitas onde no período em questão teve arrecadação de trinta e dois milhões trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos, que corresponde a cento e oito vírgula vinte e cinco por cento do valor previsto; com relação as despesas, foram gastos trinta e um milhões quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos, registrando um superávit orçamentário na ordem de um milhão cento e dezoito mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos, o resultado primário de janeiro a dezembro de dois mil e treze, face a receita e despesa líquida apresentou um valor positivo de um milhão oitocentos e vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e dezoito centavos. Considerou que a despesa líquida com pessoal apresentou o índice de cinquenta vírgula quatro por cento apresentando-se dentro dos limites previstos na legislação; comentou sobre os gastos com Saúde com índice de vinte e dois vírgula oitenta por cento, acima do índice mínimo legalmente exigido de quinze por cento e com Educação, com índice de vinte e cinco por cento, também dentro do mínimo de previsto na Constituição Federal, informou que sobre o percentual mínimo sessenta por cento do FUNDEB destinado a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica o percentual ficou em sessenta e nove vírgula doze por cento, atendendo plenamente o percentual mínimo determinado, discorreu sobre o resultado nominal positivo, ou seja, aumento das disponibilidades ante a dívida consolidada na ordem de setecentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta reais e quatro centavos; discorreu sobre os saldos de restos a pagar; concluindo registrou superávit orçamentário,

financeiro, taxas positivas no resultado primário e nominal, sendo que os números apurados apontam para o cumprimento das metas estabelecidas e manutenção do equilíbrio fiscal. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento disponibilizou espaço para indagações. Não havendo manifestações o Presidente em exercício da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Denilson Donizete Caleran, diante da demonstração realizada, considerou legalmente cumpridas as exigências da Lei Complementar número 101/2000 referentes ao terceiro quadrimestre de dois mil e treze, e como não havia mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, determinando a lavratura da competente ata e o recolhimento da lista de presença.